

PONTOS DE CULTURA DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO: PRODUÇÃO E CONEXÕES ESTÉTICO-POLÍTICAS

Tárcio Leonardo Santos Mota¹

Resumo: Em sua contribuição para o debate, essa pesquisa propõe investigar a cadeia produtiva e as conexões estético-políticas no âmbito dos Pontos de Cultura implantados pelo Programa Cultura Viva (2014) em comunidades de Alagoinhas, Esplanada, Pedrão e Aramari, localizadas no território de identidade Litoral Norte e Agreste Baiano. Como estratégias metodológicas, faremos um mapeamento dos impactos socioculturais das ações do Programa nessas comunidades de atuação, além de avaliação das ações que permeiam os Pontos de Cultura. A pesquisa utiliza um método empírico, mediado por entrevistas e teórico, pautado em pesquisa bibliográfica que versa sobre política cultural brasileira, versões de cultura, desenvolvimento e territórios de identidade. Os resultados parciais evidenciam a difusão dos territórios de identidade sob a perspectiva de popularização da ciência no imbricamento com os Pontos de Cultura, sendo ferramentas de participação e controle social das políticas públicas de Cultura.

Palavras-chave: Programa Cultura Viva. Pontos de Cultura. Popularização da ciência. Política Cultural. Territórios de identidade.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida. Orientador: Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos. Endereço eletrônico: tarciomota@hotmail.com.

CULTURE POINTS FROM NORTH COAST AND AGRESTE BAIANO: PRODUCTION AND AESTHETICAL POLICY CONNECTIONS

Abstract: In its contribution to the debate, this research proposes to investigate the productive chain and the aesthetic-political connections within the Culture Points, implemented by the Culture Live Program (2014) in communities of Alagoinhas, Esplanada, Pedrão and Aramari, located in the territory of identity North Coast and Agreste Baiano. As methodological strategies, we will map the sociocultural impacts of the Program's actions in these communities, as well as assess the actions that permeate the Culture Points. The research uses an empirical method, mediated by interviews, and theoretical, based on bibliographical research that deals with Brazilian cultural policy, culture versions, development and identity territories. The partial results show the diffusion of the territories of identity under the perspective of popularization of science in the overlap with the Culture Points, being tools of participation and social control of the public policies of Culture.

Keywords: Culture Program. Culture Points. Popularization of science. Cultural policy. Identity territories.

Introdução

O papel do Estado no gerenciamento instrutivo e normativo da sociedade visando o bem-estar social e desenvolvimento econômico é um tema muito discutido e trabalhado por pesquisadores. A preocupação com a igualitária distribuição de renda e as diversas tentativas de tornar cada vez mais acessível os recursos destinados ao fomento e incentivo a produção cultural têm reacendido a chama para reflexão a

respeito de como haver uma correta implementação das políticas culturais, mas, para isso, é preciso primeiro entender o que seria Política Cultural e como ela se aplica nesse contexto de desenvolvimento, sustentabilidade e transformação do mercado cultural.

Coelho (2004, p. 292) afirma:

A política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.

A partir dessa citação observa-se uma divisão de responsabilidades que envolvem, além dos programas e ações desenvolvidas pelo Estado, as instituições e entidades privadas e grupos comunitários. A preocupação com o desenvolvimento das representações simbólicas da população deixa evidente que a utilização das ferramentas econômicas, nesse contexto, tange para uma finalidade social. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Coelho (2004, p. 292) destaca:

Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.

A carência histórica de recursos e investimentos para a cultura faz com que ainda não se tenha no Brasil, principalmente para os agentes e empreendedores de cultura popular, um mercado completamente consolidado. E se essa ca-

rência é notada nos grandes centros e nos interiores, onde a situação é bem mais complexa, somente com essa problemática sendo colocada como prioridade é que o quadro pode começar a ter alterações positivas.

Em se tratando dos Pontos de Cultura, objeto de reflexão deste artigo, é importante destacar que uma das primeiras perguntas que surge quando se fala sobre o projeto é se essas ações não seriam de responsabilidade do Estado, mas, é no fato dessas ações não serem tuteladas pelo Estado que reside sua principal característica e poder de transformação, pois o Estado não decide o que deve ser feito. Seu papel é garantir um pequeno aporte financeiro para grupos, ou associações, que já desenvolviam ações sociais; e facilitar a construção de uma rede de relacionamento entre tais grupos. É justamente a não interferência do Estado nas escolhas de quais ações podem ou devem ser desenvolvidas nos Pontos de Cultura, que possibilita a legitimação das práticas locais e do empoderamento de atores sociais historicamente marginalizados.

Para melhor compreensão e discussão acerca das conexões estético-políticas dos Pontos de Cultura do Litoral Norte e Agreste Baiano é importante também destacar alguns dos fundamentos teóricos da política territorial, já que para esta pesquisa pretende-se um recorte nos municípios que compõem um dos territórios de identidade da Bahia. O Estado da Bahia é, indubitavelmente, um dos mais plurais da nossa federação. Sob os múltiplos aspectos que se analisa um território, a Bahia apresenta um mosaico de variedades sociais, culturais, econômicas e ambientais. Temos um Estado com o maior número de biomas e com um rico e variado processo de formação de seu povo, oriundo da miscigenação dos povos tradicionais do Brasil pré-colonial com os escravos das nações africanas e imigrantes advindos dos diversos países do mundo em momentos diferentes da nossa história (portugueses, espanhóis, italianos, japoneses, entre outros).

Na base física heterogênea sobre a qual atuaram estes grupos humanos variados, com habilidades individuais e coletivas distintas, cristalizaram ao longo do tempo diferentes formas e padrões de uso e ocupação. Estas diferenças são um grande ativo que o Estado da Bahia possui, ampliando as nossas oportunidades para o desenvolvimento do Estado. Todavia, o histórico de políticas públicas especialmente discriminatórias resultou na conformação de um Estado desigual, segundo dados da Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia (2014, p. 01)

Com forte concentração econômica e social na Região Metropolitana de Salvador (responde por 50% do PIB e 25% da população) e algumas “ilhas de prosperidades” no Litoral Sul, Oeste Baiano e Norte do estado. Em resumo, convertemos a nossa diversidade, que é uma riqueza, em desigualdade, que expressa pobreza.

A promoção do desenvolvimento do Estado da Bahia perpassa pela redução de suas desigualdades regionais, portanto é preciso pensar em políticas públicas que respeitem e valorizem a diversidade do estado. A adoção dos Territórios de Identidade, segundo a SEPLAN, “foi um grande avanço para o planejamento público na Bahia” (BAHIA, 2010), pois, não apenas, revela e considera toda a diversidade (cultural, ambiental, econômica e social) existente no estado, como também estabelece um novo paradigma na formulação das políticas públicas: em vez de o Governo planejar para a sociedade, este passa a fazer isto em conjunto com a sociedade. E para tanto, precisa respeitar a organização espacial que a população se sente pertencer e naturalmente estabelece seus vínculos e inter-relações.

Desta forma, adotam-se instrumentos que articulam as políticas públicas do Governo Estadual com os territórios,

promovendo uma maior aderência às distintas necessidades territoriais e ampliando assim a efetividade das suas ações governamentais, além de promover o fortalecimento de uma democracia mais participativa. Ferramentas como o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), o Plano Plurianual Participativo (PPA) e o Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual Participativo (CAPPA), revelam o caráter compartilhado da política de desenvolvimento territorial na Bahia. No âmbito das políticas culturais, tais instrumentos devem ser levados em consideração, sobretudo os Pontos de Cultura, que têm sido implantados respeitando o recorte territorial do estado.

Voltando à temática central deste artigo, não se pode deixar de mencionar o histórico dos Pontos de Cultura em nosso país. Criado em 2004 e transformado em Política Nacional em 2014, o Programa Cultura Viva é considerado um marco divisório no que se refere à forma como as Políticas Culturais passaram a ser implementadas no Brasil. Tendo como base os Pontos de Cultura selecionados por meio de editais públicos, o Programa possibilitou maior transparência e seriedade às ações no campo cultural, fazendo surgir novas perspectivas para entidades culturais que buscavam reconhecimento e apoio para as atividades desenvolvidas em suas comunidades.

O programa que inicialmente contemplava ações como: Escola Viva, Cultura Digital, Agente Cultura Viva e Ação Griô, obtiveram nos Pontos de Cultura a maior expressão de sucesso e eficiência, atingindo mais de mil municípios em todas as regiões do Brasil. No território de identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, objeto desta análise, as entidades beneficiadas são: Fundação do Caminho (Alagoinhas), Banda Marcial Cultural Estudantil de Aramari (Aramari), Associação de Desenvolvimento Comunitário do Assentamento Boa Vista II (Esplanada), Associação Beneficente Rural de Pedrão (Pedrão), Associação Beneficente Cultural *Ilê Asé Oyání* do Ilê

Asé Oyáni (Alagoinhas) e Associação Cultural Euterpe Alago-
inhense (Alagoinhas).

Pontos de Cultura: Ferramentas de Participação e Controle Social

A mudança no paradigma das políticas culturais brasileiras é um indicativo de uma discussão global e transnacional e o Programa Cultura Viva, responsável pela criação dos Pontos de Cultura, marca um novo momento de nossas políticas. O termo “Ponto de Cultura” foi esboçado no final da década de 1980, pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes, na época Secretário de Cultura em Campinas-SP (Turino, 2009). A ideia inicial era de reconhecer e potencializar as produções culturais de grupos e comunidades. O projeto foi interrompido com a mudança de governo e, criou-se posteriormente um programa denominado “Casas de Cultura”, no qual o governo respondia às necessidades das comunidades. Entretanto, a proposta dos Pontos de Cultura era justamente inversa. Os Pontos não deveriam ser construídos pelo governo, o foco não era na ausência ou carência de benefícios, mas um protagonismo social a partir de um modelo de gestão compartilhada. Ao invés de conceber, o governo deveria reconhecer e potencializar as produções culturais dos grupos.

Com a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura - MinC (2003-2008), o projeto inicial dos Pontos de Cultura foi retomado. Atualmente, Ponto de Cultura pode ser sumariamente definido como um convênio imbricado de responsabilidades e direitos entre governo e sociedade civil. Os Pontos de Cultura são espaços de manifestações culturais dos grupos e localidades. “Há Pontos de Cultura de grupos e escolas de samba, de *rap*, de teatro, de música, de dança, de museus, de associações de moradores, de aldeias indígenas, de quilombolas, de assentamentos rurais, de núcleos de extensão universitária, dentre outros” (TURINO, 2009, p. 74). Trata-se

de um local aberto às manifestações artístico-culturais de uma localidade. Por sua vez, a gestão do Ponto é realizada pelos próprios membros da comunidade.

Nesta reflexão, os Pontos de Cultura serão observados como módulos de uma trama, como um programa que pode ser potencializado se acionarmos a gestão compartilhada articulada em rede, operando rizomaticamente. Isto, porque, cada Ponto possui sua particularidade, mas é na operação em rede que podemos compreender os Pontos como um modelo de política pública cultural nacional. Agindo como rizomas, os Pontos de Cultura conectam níveis de integração local e nacional.

A especificidade dos Pontos de Cultura corresponde a uma figura fundamental de negociação das políticas culturais: o gestor: estes indivíduos são capazes de atuar tanto para a comunidade quanto para a nação. Os gestores dos Pontos de Cultura são membros da sociedade civil que administram a captação e aplicação de recursos. Trata-se da gestão compartilhada; um modelo que marca a participação ativa da sociedade na construção de políticas culturais.

Os gestores dos Pontos de Cultura, como indivíduos “intermediários” são importantes sujeitos relacionais entre o local e o nacional. São eles o elo da gestão compartilhada. Esta interação exercita um novo modelo de Estado, um protagonismo social nas políticas públicas. Os “intermediários controlariam as articulações ou sinapses cruciais das relações que ligam o sistema local ao todo mais amplo” (Cf. Wolf, 1956). O intermediário constitui uma instância de poder tanto para atender benefícios pessoais, de sua comunidade, ou ainda a interesses externos. Uma microanálise a partir dos Pontos de Cultura nos permite observar o impacto e atribuição dos macros fenômenos em pequenos contextos.

Consideramos, portanto, que os Pontos de Cultura surgem em um momento de mudanças conceituais e estrutu-

rais no MinC. Estas mudanças por sua vez, estão articuladas em uma discussão supranacional e transnacional. Podemos observar a partir dos Pontos (e, portanto, de nossos novos paradigmas políticos), uma transformação na esfera local, nacional e global. Partindo desse pressuposto, entende-se as políticas públicas culturais brasileiras num contexto mais amplo. As sociedades e grupos podem ser analisados a partir das mediações políticas, econômicas, culturais e históricas de pequena escala. Estas mediações compartilham situações de mudança e conflito. Sendo assim, a análise entre macro e micro dimensões privilegia o movimento transnacional. É exatamente na relação, no *intermezzo* (Deleuze e Guattari, 1996), que podemos traçar a análise entre macro e micropolíticas, neste espaço fronteiro de contradições e conflitos.

Também são nestes espaços de mudança e conflito que se cristalizariam as posições e grupos sociais. Enfatizar este aspecto de conflito e variação é o que Van Velsen (1987) define como “análise situacional” ou “caso do estudo detalhado”. Este modelo de análise utiliza registros de situações de conflito agregado ao comportamento de indivíduos específicos como parte da análise dos processos sociais. Assim, o pesquisador pode observar uma situação social para então relacioná-la à sua totalidade. Uma análise minuciosa contextualizada e relacionada a uma totalidade pode detectar padrões de relações, e de instituições. Assim, este tipo de etnografia relaciona o comportamento dos grupos a outros processos sociais mais amplos.

Nos Pontos de Cultura as “análises situacionais” podem ser acionadas como estratégias de observação dos gestores. Isto implica em uma observação participante atenta ao discurso, às ações e às interações que se estabelecem com estes indivíduos, uma maneira de aprofundar a análise sobre estas contradições. A posição de “intermediário” constitui uma instância de poder que pode inclusive, facilitar a ascen-

são social de alguns indivíduos. Este tipo de “análise situacional” é próximo da noção de micropolítica da qual pretendo aqui desdobrar. Essas estratégias de pesquisa “mostraram-se fundamentais para o estudo da antropologia da política e, em especial da política em nível local e suas articulações em rede” (Ribeiro, 1994, p. 29). A análise micropolítica também é atenta aos anseios das comunidades junto à “realidade” da implantação dos Pontos. Se as políticas culturais atendem aos desejos e às identidades culturais locais.

Alguns autores (Calabre, 2009; Rubim, 2000 e Turino, 2009) apontam que os entraves burocráticos, as diferenças de entendimento e a má vontade política são os principais impasses para a implantação de novas políticas públicas culturais, como os Pontos de Cultura. Até porque, uma entidade quando é selecionada como um Ponto de Cultura provoca uma quebra na hierarquia política. É como se o reconhecimento dos grupos desencadeasse um “empoderamento social”, [no qual] “muitos poderes constituídos não toleram” (Turino, 2009 p. 43). Produzir uma política pública “de baixo para cima” ainda incomodaria algumas estruturas de poder.

A tensão entre permanência e mudança, repetição e transformação são aspectos intrínsecos de qualquer sociedade (Balandier, 2005). Mas no caso das políticas públicas culturais, a análise das continuidades e descontinuidades reflete os modos como os indivíduos convivem e resolvem estas ambiguidades no campo da cultura. Se há contradições, conflitos e permanências entre as Políticas Públicas Culturais e os Pontos de Cultura, as análises podem provocar diálogos entre ambas. Os caminhos e obstáculos permitem o exercício das relações entre a pesquisa, o pesquisador e o nativo, dentro daquilo que Da Matta (1978) definiu de “caráter extraordinário do pesquisador”. O aspecto mais rotineiro e humano da Antropologia (Da Matta, 1975, p. 35).

Produção e conexões estético-políticas nos Pontos de Cultura

Situados em 04 diferentes municípios, como mencionado, os Pontos de Cultura do Litoral Norte e Agreste Baiano representam uma nova forma de implementação das políticas públicas culturais, rompendo paradigmas até então cristalizados, configurando-se como ferramentas potentes de participação popular e controle social, na medida em que democratizam o acesso aos bens culturais, como previsto na Constituição Federal de 1988.

As atividades nas distintas associações, vão desde o resgate das manifestações da cultura popular do município de Pedro, no Ponto de Cultura ABRUPE, à criação de um estúdio musical e cinematográfico que funciona de forma colaborativa no bairro periférico de Santa Terezinha, em Alagoinhas, onde está localizado o Ponto de Cultura Fundação do Caminho. É exatamente da diversidade e multiplicidade de ações que está a riqueza dos pontos, que desde a sua implementação, já beneficiou mais de 300 crianças apenas na Associação Beneficente Cultural *Ilê Asé OyáNi* do *Ilê Asé OyáNi*, em Alagoinhas. (Secretaria de Cultura da Bahia, 2016). Coordenado pela yalorixá Ana Rita Araújo, o projeto “Yacamim-Pai de Muitas Estrelas” realiza, no *Ilê Asé OyáNi*, cursos inclusivos de informática, oficinas de percussão e cântico *yorubá*, rodas de capoeira e samba de roda. Segundo a yalorixá, “são atividades de resgate da cultura afro-brasileira e que contribuíram para a criação de um grupo de capoeira e um grupo de samba de roda formado exclusivamente por crianças da comunidade”. (Secretaria de Cultura da Bahia, 2016, p. 43).

Na zona rural do município de Esplanada, em meio aos assentamentos de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), acontece o projeto “Diversidade Cultural no Meio Rural”, desenvolvido pelo Ponto de Cultura Associação de Desenvolvimento Comunitário do Assentamento Boa Vista III desde 2014. Entre as atividades desenvol-

vidas estão aulas de dança, música, informática e oficinas de “contação de histórias”. O projeto é liderado pelo trabalhador rural João Bosco de Souza, que embora tenha cursado apenas o Ensino Fundamental I, vislumbra no projeto a oportunidade de desenvolvimento para a comunidade local:

O pouco estudo não foi impedimento para buscar melhorias para o nosso assentamento. Nossas crianças não tinham opções e alternativas, para além da escola. Agora, com o Ponto de Cultura, temos muito o que comemorar. Além das atividades, as monitoras são da nossa comunidade e recebem uma bolsa. Além de promover cultura, o projeto promove geração de renda. (SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA, 2016, p 38)

O aporte financeiro dado pelo Estado, por meio da Secretaria de Cultura e do Ministério da Cultura prevê a contratação de monitores, que são escolhidos na própria comunidade, fomentando o caráter inovador e de protagonismo comunitário dos Pontos de Cultura, que como já destacado, não é um equipamento cultural do governo nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social.

Ainda no Litoral Norte e Agreste Baiano estão os pontos de cultura Associação Cultural Euterpe Alagoinhense e Banda Marcial Cultural Estudantil de Aramari, localizados respectivamente nos municípios de Alagoinhas e Aramari. Em ambas associações o foco das atividades é a música, com os projetos “Tocando em Frente” e “Ecoar Linguagens”. O

projeto desenvolvido em Aramari, por exemplo, contribuiu para a retomada das atividades da banda marcial da cidade, que embora já existisse há mais de 40 anos, nunca contou com incentivo e estava prestes a ser desativada. O empoderamento social nos Pontos de Cultura pode provocar transformações que vão além da cultura em um sentido estrito e desencadear mudanças nos campos social, econômico, de poder e valores. Ao concentrar sua atuação nos grupos historicamente alijados das políticas públicas -seja por recorte socioeconômico ou no campo da pesquisa e experimentação estética-, o Ponto de Cultura potencializa iniciativas já em andamento, criando condições para um desenvolvimento alternativo e autônomo, a fim de garantir sustentabilidade na produção da cultura. É a cultura entendida como processo e não mais como produto.

Considerações Finais

É notório que, ao longo da história, os recursos destinados às políticas culturais no Brasil são resultado de uma ação exclusivamente governamental e mais voltada às elites. Era o governo que construía ou adaptava espaços e que decidia sua localização, programação e atividades a serem desenvolvidas. Com o Ponto de Cultura, o processo é inverso, cabendo ao governo reconhecer e potencializar as iniciativas culturais da comunidade no território em que elas acontecem. No âmbito dos Pontos de Cultura do Litoral Norte e Agreste Baiano, essa é uma realidade que já pode ser constatada e que resulta no fortalecimento da dimensão cidadã da cultura. Fazer cultural e território estão intrinsecamente vinculados, quer seja no Assentamento Boa Vista III, espaço historicamente subalternizado, quer seja na Filarmônica Euterpe Alagoinhense, espaço em que no passado apenas homens brancos podiam frequentar.

Outra questão recorrente é o fato de o Ponto de Cultura substituir a necessidade de outros equipamentos e associações culturais. Pelo contrário, o Ponto de Cultura cria condições favoráveis para a consolidação de uma base social da cultura, assegurando meios mais perenes para a conquista de melhores bibliotecas, teatros bem equipados, centros culturais dinâmicos, museus vivos e políticas de fomento à formação, produção e difusão cultural e a realidade dos pontos de cultura em questão comprova isso. São novos grupos de música, teatro, dança, além de associações e instituições que se inspiram na experiência do projeto em questão.

A partir das análises e reflexões apresentadas, é importante compreender que o entendimento da cultura como processo pressupõe entrelaçar as diversas dimensões da vida. Com a posse do ministro Gil, o ministério adotou um conceito ampliado de cultura como produção simbólica, cidadania e economia. A dimensão da arte não pode ficar restrita ao campo do simbólico. Para além da produção de símbolos, a arte envolve habilidades, todas as habilidades humanas e a apreensão dos significados por meio dos sentidos, de uma percepção sensorial.

O Ponto de Cultura envolve uma quebra nas narrativas tradicionais, monopolizadas por poucos. Não se trata aqui da defesa do “belo universal” ou da “arte gratuita”, metafísica, e sim da própria realização da estética (Turino, 2009, p. 176). A arte reflete aspirações e contradições do seu contexto histórico e é, ao mesmo tempo, produto e vetor das transformações sociais. Para além da preocupação exclusiva com a beleza, busca-se tudo aquilo que permita a afirmação cultural da subjetividade das pessoas, grupos e classes sociais. E essa busca deve ser feita com encantamento, beleza e qualidade, pois sem esses atributos não se rompem barreiras e os estereótipos permanecem.

O mesmo ocorre com a dimensão cidadã. A conquista plena de direitos e a inclusão no diálogo cultural são essenciais.

ais; mas circunscrever Ponto de Cultura à dimensão de cidadania ou da cultura popular é uma redução. Mais grave ainda são os discursos fáceis da inclusão cultural ou da inclusão social por meio da cultura. Ponto de Cultura atua com cultura popular, inclusão social, e tem um papel atuante na cidadania, mas ele é, sobretudo, um programa de cultura. Cultura como interpretação do mundo, expressão de valores e sentimentos. Cultura como intercompreensão e aproximação.

Ante todas as produções e conexões desenvolvidas nos diversos projetos, grupos e associações contempladas pelo projeto, que estão para além da dimensão estética, como se viu, pode-se evidenciar que Ponto de Cultura é integração na diversidade. “A parte está no todo, o todo está na parte” (Turino, 2009, p. 177). A aproximação e confluência entre as dimensões simbólica, cidadã e autônoma são essenciais para a organização da vida humana e podem cimentar uma nova significação para a cultura e para a própria sociedade. O Brasil já experimenta essa realidade desde 2004 e no território de identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, apesar dos retrocessos recentes, a rede de pontos de cultura segue sendo uma experiência de protagonismo, reinvenção política, estética e revolucionária.

Referências

BALANDIER, Georges. *Antropologia Política*. Trad. Carina C. Battaglia. Buenos Aires: Ed. Del Sol, 2005.

CALABRE, Lia. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. In: *Proa - Revista de Antropologia e Arte [online]*. Ano 01, vol. 01, n. 01, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/proa/debates/debatelia.html>>.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras/FAPESB, 2004.

DA MATTA, Roberto. *O Ofício do etnólogo ou como ter o Anthropological Blues*. Cadernos PPGAS. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978.

DELEUZE Gilles. *Diferença e Repetição*. Trad. Luís Orlandia e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Os Mil Platôs*. Vol. 3. Trad. de Luís Orlandi. São Paulo: Editora 34, 1996.

Secretaria da Cultura e Turismo da bahia. *Guia Cultural da Bahia: Litoral Norte e Agreste*. Salvador: Ed. SCT, 1999.

_____. *Base de Dados dos Pontos de Cultura da Bahia – 2008 a 2016*. Salvador: EGBA, 2016.

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2009.

VAN VELSEN, Jaap. Análise situacional e o método de estudo de caso detalhado In: Feldman-Bianco, Bela (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos*. São Paulo: Editora Global Universitário, 1987.

[Recebido: 29 dez. 2018 — Aceito: 06. abril 2019]